



MULHERES CAMPONESAS CONSTRUINDO SUA IDENTIDADE FEMINISTA

Catiane Cinelli¹
Isaura Isabel Conte²

Este artigo busca suscitar reflexões acerca do processo de conscientização e da construção da identidade feminista das mulheres inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC SC). Para tanto, faremos uma abordagem de alguns elementos relacionados à tomada de consciência das militantes nas lutas, como o questionamento das desigualdades e, conseqüentemente, proposições ancoradas pelo feminismo classista em vista da construção de novas relações de gênero e nova sociedade.

Tais percepções serão trazidas a partir da inserção militante das autoras no MMC com a realização de pesquisas bibliográficas e desenvolvimento de entrevistas abertas a quatro mulheres militantes do MMC SC. No decorrer da pesquisa, as mulheres são instigadas a falar sobre como suas vidas são transformadas no processo de luta e conscientização, através do envolvimento com a organização.

Podemos afirmar que, de forma geral, a vida das mulheres camponesas é de muito trabalho e este, na maioria das vezes, não é valorizado. Como nos dizem Alves e Pitanguy (1985), a mulher tem sido o ser silenciado historicamente, como se não tivesse participado do processo de construção da história.

Ao mesmo tempo em que foram desvalorizadas na hierarquia social, as mulheres, em contrapartida, desenvolveram processos de contestação e de lutas em vista de reconhecimento e, com isso, surgem formas de conscientização em meio às resistências e estratégias até a consolidação de Organizações.

Mediante isso, evidencia-se que há possibilidade de, no decorrer das lutas específicas das mulheres, podermos falar em feminismo como movimento político, que, no dizer de Gebara (2002), é um movimento pela libertação e emancipação da humanidade. Com relação ao feminismo, Alves e Pitanguy defendem a ideia de que é o repensar das relações entre homens e mulheres, para que haja relações sociais de igualdade e de responsabilidade de ambas as partes.

Para o MMC é bastante notório que, na medida em que as mulheres se inserem na organização, tomam consciência de sua opressão e, a partir disso, se dão conta, também, de que é

¹ Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, bolsista Capes. katimmc@gmail.com

² Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, bolsista Capes.



possível a transformação das relações desiguais, pelo fato de tratar-se de construção social. Nesse aspecto, parafraseando Freire, fala-se em fazer-se sujeito da história, e o texto a seguir deixará melhor explícita a maneira como isso ocorre.

O Movimento de Mulheres Camponesas e o despertar da consciência

O Movimento se caracteriza como um espaço de luta, formação e organização, tendo sua gênese em meio ao chamado ascenso de massas, do final da década de 1970 e meados dos anos oitenta. Em Santa Catarina, o surgimento dá-se num contexto de luta por oposição sindical e pelos direitos dos (as) camponeses (as), direitos da classe trabalhadora. Desse modo, por meio de estudos das mulheres na bíblia³, em grande medida, somados a processos de formação e reflexões sobre a realidade, as mulheres decidem se organizar em vista de superarem a exploração e as opressões.⁴

As mulheres que passam a se organizar no então Movimento de Mulheres Agricultoras⁵ (MMA) conseguem ter, no Movimento, espaços de reflexão sobre suas vidas e, desse modo, segundo uma das pesquisadas, percebem que, na história, tiveram o papel de servir e agradar os outros, em casa e nas comunidades, nos diferentes espaços que frequentavam. Perceberam a existência das desigualdades em seus cotidianos, os quais passaram a ser questionados e problematizados. Uma das entrevistadas afirma que, *como mulheres ainda somos muito exploradas, mas, antes da inserção no MMC, essa situação de vida era vista como normal.*

Como nos diz Freire (1987), a educação problematizadora parte do caráter histórico e da historicidade dos humanos, que se diferenciam dos animais por ter consciência de sua inconclusão. Faz-se assim um quefazer permanente com seres que estão sendo. E é aí que a análise da realidade contribui para melhor construir o futuro, num movimento que é histórico, sendo esta história também inacabada.

No início da década de 1980, camponesas comemoravam o direito à sindicalização e sonhavam com a participação política da mulher na sociedade. Discutiam, no Movimento, em processos de formação, questões de gênero, a mulher na política, apesar de na época não terem tanta clareza dessas temáticas (MMC, 2008).

De acordo com Kroth (1999), nesse mesmo período as mulheres engajadas no MMA começaram a pensar sobre acesso à previdência, assistência médica e a continuidade da luta pela

³ Esses estudos se davam através das Comunidades Eclesiais de Base CEB's.

⁴ Fala de pesquisada quando descreve o surgir do Movimento.

⁵ Este Movimento passa a incorporar o MMC por ocasião da constituição do Movimento em parâmetro nacional, no ano de 2004.



aposentadoria. Não demorou muito para que a necessidade de mudança fosse entendida como um ato de libertação. A autora destaca que as mulheres organizadas afirmavam a necessidade de libertação e a busca de saídas para a situação do machismo em que viviam.

Segundo a mesma fonte, a atitude tomada, pelas mulheres camponesas, de lutarem por seus direitos foi uma novidade para a sociedade, mas, na medida em que elas começaram a ocupar outros espaços além de suas casas, os homens tiveram que criar novas práticas de sociabilidade. Do mesmo modo, elas tiveram também que estabelecer novas posturas consigo mesmas e com os homens. E, passaram a questionar a realidade e a desigualdade de direitos em que viviam.

Ao que pudemos perceber durante as observações realizadas, as mulheres organizam-se e fazem a formação a partir da concretude e, aos poucos, vão questionando a autoridade masculina expressa pelo pai, marido, sogro, etc. Nesse sentido, ficou explicitado em uma das falas que, *antes, o marido mandava e decidia onde eu poderia ou não ir, mas, depois que comecei a participar do Movimento, sou eu quem decide aonde vou*. Sobremaneira, as mulheres vão percebendo a importância de sua organização e que, além de trabalhar, podem também se reunir, discutir seus problemas e buscar, juntas, soluções.

Sem se darem conta talvez, a maioria das mulheres engajadas no MMC, com as novas formas de relações que passam a estabelecer em casa e na sociedade, constroem e reconstróem outras identidades a partir do coletivo. Em alguns momentos em que pudemos acompanhar, percebemos que as militantes mais novas se espelham nas dirigentes, no sentido de que, *se elas podem, eu também posso*. Logo: no coletivo, as mulheres vão deixando a postura de *ser menos* na medida em que entendem que as coisas podem ser diferentes, a partir do que experienciam no Movimento.

A discussão mais aprofundada da identidade camponesa e feminista se dá a partir da consolidação do Movimento Nacional, em 2004. Trata-se de um momento em que se discute o significado da luta e da categoria camponês (a), perpassado pelo caráter e a construção do *feminismo camponês*. Nesse aspecto, admite-se, no Movimento, que está colocado um grande desafio: construir o MMC e consolidá-lo nos diversos estados do país, reforçando sua identidade popular classista e antipatriarcal.

Sabe-se, entretanto, que, grosso modo, o campesinato tem sido sinônimo de atrasado e o feminismo visto como algo muito ousado e provocador, e essa “situação desafiadora”, como diria Freire (1987), se dá tanto entre as mulheres do próprio Movimento, quanto no meio social em que este está inserido.



Sobre a categoria camponês, ao contrário do senso comum, Carvalho (2005) contribui dizendo-nos que camponeses e camponesas são produtores (as) livres, autônomos (as), com laços profundos de solidariedade e esta, se quebra, ameaça o modo de vida. O apego a terra e a permanência num mesmo lugar, são a marca profunda do sucesso do seu modo de vida. Entretanto, a camponesa é aquela que produz sua própria sobrevivência.

A palavra autonomia trazida pelo autor faz bastante sentido e eco nas experiências do MMC, uma vez que, desde a assunção do Movimento, prima-se por libertação, entendendo também autonomia de ações e decisões das mulheres (Paludo, 2009). Nesse aspecto, acreditamos que as possibilidades de autonomia, enquanto vivências e experiências no campesinato, contribuem para que as mulheres entendam o sentido do Movimento. Contudo, obviamente, avança-se na concepção de autonomia: elas começam a compreender que podem ser donas de si, como já explicitava a fala de uma das pesquisadas anteriormente referida. É nesse sentido que vão questionando as desigualdades entre os sexos, ou, de gênero.

Diante do que o Movimento assumiu como missão, *a Libertação das mulheres*, trabalha-se a conscientização com o aporte da educação popular, a partir da realidade das mulheres, valorizando, mas também problematizando, seus modos de vida, de pensar, revendo e questionando costumes, tradições e valores. Acima de tudo, como já destacamos, por meio da convivência e interação com as demais mulheres, é possível mudar visões de mundo na perspectiva de construir transformação pessoal e social.

Com relação a esses aspectos, Paludo destaca que:

Movimentos Sociais [...] são portadores de reivindicações que apontam para a real universalização dos direitos. Aspectos que caracterizam estes Movimentos, apesar das especificidades, são a explicitação das contradições sociais, a construção de sujeitos, certa organização, capacidade de articulação, de mobilização, de luta coletiva, de construção de alternativas cotidianas e, dependendo do nível de politização, de articulação das lutas imediatas com as estruturais, das locais com as nacionais e internacionais, colocando-se na perspectiva de acúmulo de poder e de transformação social (2010, p. 3).

A libertação almejada e construída pelas mulheres do MMC necessariamente passa pela politização, ou seja, pela conscientização que vai se dando com o direcionamento de ações, lutas e processos formativos pontuais na Organização. Nisso, socializam-se conhecimentos e situações e, decorrente disso, surgem ou são potencializados aprendizados diversos.

Diante do que pudemos experienciar no próprio Movimento, os programas de formação têm como objetivo buscar a capacitação das mulheres camponesas, enquanto dirigentes do MMC, para que se possa intervir qualificadamente na família, no trabalho e na sociedade. Verificamos, contudo, que as mulheres estudam suas próprias vidas relacionando-as com a educação que receberam e a



que desejam.⁶ Essa formação é trabalhada de forma dinâmica e com diversos mecanismos, ligados a uma proposta de educação libertadora, em que as próprias mulheres vão construindo seu conhecimento com a contribuição de assessorias em vista de acrescentar elementos teóricos.

A formação se dá, tanto de maneira individual, quanto coletiva, onde cada mulher é desafiada a elaborar e produzir conhecimentos, desenvolvendo alguma atividade teórica e prática. Parte-se de elaborações de textos e coordenação de atividades, como seminários, reuniões, oficinas em suas regionais, município e grupo de base⁷ e, no decorrer do tempo, percebe-se qualificação, ou seja, progresso na construção e sistematização de saberes. Esses saberes são socializados, problematizados e debatidos e, assim, constroem-se novos, em que as formadoras ou educadoras populares do MMC monitoram o trabalho, para que haja a construção do conhecimento coletivamente.

As próprias mulheres falam que, no Movimento, conseguiram libertar-se, perderam o medo de falar, começaram a confiar em si mesmas, sentiram-se capazes. Desse modo, desafiam-se a cada dia, a cada luta, pois a formação é um processo integral e não acontece de forma separada das lutas e mobilizações. Freire nos auxilia nas reflexões quando afirma que,

para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação. Por isso é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo (1987, p. 75).

No processo de libertação que vai se dando a partir da inserção, as mulheres dizem que ficaram mais desenvolvidas, e perdem o medo de falar em público. Têm mais vontade de viver e de sair de casa para participar da luta organizada, pois passam a ser sujeitos de suas próprias vidas. Conseguem também ter mais diálogo e fazer a divisão de tarefas na família e na sociedade. O mais importante talvez, destacado por elas, é a valorização que passam a sentir enquanto mulheres.

Podemos perceber que as mulheres se transformam em vários sentidos, vão desenvolvendo outras formas de consciência. A partir dessas vão também assumindo uma identidade feminista, de classe, camponesa.

Da consciência crítica à constituição de novas identidades

⁶ De acordo com o MMC, 2005, as mulheres estudam, nos cursos de formação, temas ligados à educação que receberam desde a infância, a qual relega às mulheres o papel de submissas e servis, fazendo o contraponto com a educação desejada. Debatem também sobre a história de luta das mulheres na sociedade e a construção de um Movimento autônomo, nesse caso, o MMC.

⁷ Essa é a forma de organicidade do MMC, baseada nos grupos de base nas comunidades das próprias mulheres, que se organizam e desenvolvem atividades em seus municípios, esses se juntam os mais próximos e formam uma regional.



A construção da identidade feminista no MMC acontece no decorrer do processo de crescimento rumo à consciência crítica, em que as mulheres passam a sentir-se livres, sem medo de dizer o que pensam e tornam-se donas de suas vontades. Tal construção é um processo árduo ante a sociedade patriarcal machista que lhes nega voz e vez pelo fato de serem mulheres empobrecidas da roça.

Acima de tudo, elas aprendem e ensinam novas formas de educação em que deixam de se importar com o “cargo” que alguém ocupa na sociedade ou de que sexo é, para dizer de sua importância, pois já não se sentem inferiores. Desse modo, forjam novas relações entre as pessoas e se modificam cada vez mais, entendendo não ser um processo linear e contínuo. A constituição de uma nova identidade se dá nesse momento em que vão questionando as desigualdades existentes na sociedade e, no interior desta, as desigualdades de classe e de gênero.

Constatamos que a luta do MMC e a construção da identidade feminista no campesinato vêm a desafiar antigos ordens do patriarcalismo que colocara as mulheres como inferiores e vítimas. Diante do que nos foi mostrado por meio da pesquisa, as mulheres aprendem entre as contradições da sociedade e de suas vivências junto a práticas do Movimento, tornando-se capazes de compreender a dialética das relações cotidianas.

Entendemos, a partir da pesquisa, que a construção da *identidade feminista* acontece na ação coletiva, em que é ressaltada a valorização das mulheres como sujeitos históricos, forjadas ao passo que forjam novas práticas. Desse modo, buscam repensar as relações entre os seres humanos e destes com a natureza. No dizer de Conte, Martins e Daron (2009), as mulheres do MMC almejam a vida, com alegria, dignidade e respeito, porque sonham e lutam, já aprenderam a não pedir favores e, na luta em defesa da vida, fazem e escrevem sua história. Esse fazer que vai se dando a partir da militância, possibilita que as mulheres desenvolvam, em suas relações cotidianas, aquilo que chamam de novas relações de gênero e acreditam na construção de uma “nova sociedade”.

Referências

ALVES, Maria Branca; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI*. Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2005.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

KROTH, Sirlei Antoninha. *Atalhos da luta: trajetória e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina, 1983 - 1993*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Mulheres camponesas: luta e resistência*. MMC RS, 2005.

_____. *Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: uma História de Organização, Lutas e Conquistas*. MMC SC, 2008.

PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.

_____. *Educação Popular e Movimentos Sociais na Atualidade: Algumas Considerações*. Porto Alegre, 2010. (Texto impresso, no prelo).